

Rodovias
Integradas do
Oeste S.A.

**Demonstrações financeiras
referentes aos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	14
Balanço patrimonial	18
Demonstração de resultado	19
Demonstração do resultado abrangente	20
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	21
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	22
Notas explicativas às demonstrações financeiras	23

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, expressando os resultados alcançados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, bem como sumário do trabalho que a Rodovias Integradas do Oeste S.A. – (“CCR SPVIAS” ou “Companhia” ou “Concessionária”) vem desenvolvendo em busca do aprimoramento do relacionamento com seus usuários, comunidades lindeiras, Poder Concedente e demais públicos interessados e da superação dos limites e da qualidade dos serviços prestados.

1.2 Apresentação

A Companhia iniciou suas atividades operacionais em 10 de fevereiro de 2000 e passou a integrar o Grupo CCR a partir do ano de 2010. A Companhia é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém, direta e indiretamente 100% do capital social da Companhia. A Companhia está localizada na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo e foi outorgada em 1999. A Companhia administra 516 quilômetros de rodovias que compõem o Lote 20 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, por onde trafegam diariamente mais de 86 mil veículos, compreendendo trechos das rodovias Castello Branco (SP-280), João Mellão (SP-255), Antonio Romano Schincariol (SP-127), Francisco da Silva Pontes (SP-127), Raposo Tavares (SP-270) e Francisco Alves Negrão (SP-258), formando assim um importante eixo de ligação entre o sudoeste do estado de São Paulo e o estado do Paraná.

A Companhia conta com 656 colaboradores para oferecer conforto, fluidez e segurança aos usuários, beneficiando ainda uma população lindeira de aproximadamente 903 mil habitantes.

A Companhia desenvolve também programas socioculturais e ambientais, que são alinhados às iniciativas do Grupo CCR e beneficiam os usuários e as comunidades da região abrangida pelo lote da Concessionária. São projetos de educação para o trânsito, qualidade de vida para os motoristas e pedestres, e diversos outros que valorizam, sobretudo, a cidadania e preservação da vida.

1.3 Destaques do ano de 2019

Destaques financeiros

- Captação de Debêntures no valor de R\$ 155.000 a CDI + 0,81% a.a..
- Distribuição de Dividendos no valor de R\$ 199.323.
- Pagamento de Juros sobre Capital Próprio de R\$ 12.272.

Destaque operacional

- A Companhia tem contribuído positivamente com a estatística de acidentes de trânsito ao longo das rodovias. Em 1999, ano anterior ao início da concessão, foram registradas 108 mortes, sendo que em 2019 foram constatadas 21 mortes, ou seja, uma redução de 80,5% no número de mortes.

Em 2019 foi iniciado o ciclo de duas intervenções de pavimento nas rodovias. As obras são de duração de um ano, no período de fevereiro de 2019 a fevereiro de 2020.

- SP255 - km 237+770 e km 288+190 - 4ª Intervenção – Avaré / Itaí; e
- SP127 - km 105+900 e km 148+350 - 3ª Intervenção – Tatuí / Itapetininga.

Adicionalmente, as obras listadas abaixo, serão entregues em 2020:

- SP255 - km 278+250 – Recuperação da Ponte Carvalho Pinto – Avaré;
- SP258 - km 222+800 ao km 342+670 - 4ª Intervenção - Capão Bonito / Itararé;
- SP270 - km 115+500 ao km 158+400 - 3ª Intervenção - Araçoiaba da Serra / Itapetininga; e
- SP280 - km 129+600 ao km 315+030 - 4ª Intervenção - Tatuí / Santa Cruz do Rio Pardo.

2. Estratégia e gestão

2.1 Governança corporativa

Conselho de Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela legislação aplicável e de acordo com seu Estatuto Social. O Conselho de Administração é, atualmente, composto por três membros efetivos, residentes no país. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração, são eleitos pelos seus acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros do Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária, da Companhia.

Diretoria Executiva

Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo Conselho de Administração para um prazo de mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, a Diretoria é composta por dois membros, sendo um deles Diretor Presidente e o outro Diretor de Operações, conforme Estatuto Social da Companhia. O cargo de Diretor Presidente é exercido pelo Sr. José Salim Kallab Fraiha, enquanto o cargo de Diretor de Operações é exercido pelo Sr. Fábio Russo Correa. A Companhia está localizada na Rodovia Antonio Romano Schincariol, km 112,4, Bairro Guardinha, Tatuí, Estado de São Paulo e no endereço eletrônico www.grupoccr.com.br/spvias.

2.2 Gestão de pessoas

A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a Companhia desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável.

Na busca constante em capacitar seus colaboradores a Companhia investiu em vários treinamentos, via *Web* e presencial, treinando 375 funcionários ao longo do ano de 2019.

3. Desempenho econômico e financeiro

3.1 Mercado

A Companhia administra um conjunto de rodovias que percorre a região sudeste do país, uma das regiões mais importantes economicamente do Brasil. Estas rodovias constituem a principal ligação entre a capital e a região sudoeste do Estado de São Paulo, além dos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

As rodovias funcionam como um importante meio para o escoamento da produção agrícola do sudoeste de São Paulo até a capital e Porto de Santos. A Companhia acredita que suas rodovias representam um importante elemento para a economia do Estado de São Paulo, estando sujeita às condições econômicas e políticas da região e do país.

3.2 Desempenho

Em R\$ mil	2019	2018	Var. %
Receita líquida	643.886	623.199	3,3%
Receita de pedágio	684.751	646.599	5,9%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	15.645	31.221	-49,9%
Outras receitas	3.474	3.276	6,0%
(-) Deduções da receita bruta	(59.984)	(57.897)	3,6%
(-) Custos e despesas (a)	(312.811)	(356.237)	-12,2%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(15.645)	(31.221)	-49,9%
Demais custos e despesas	(297.166)	(325.016)	-8,6%
(+/-) Resultado Financeiro líquido	(87.435)	(95.447)	-8,4%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(82.581)	(31.138)	165,2%
Lucro líquido	161.059	140.377	14,7%
(+/-) Resultado Financeiro líquido	87.435	95.447	-8,4%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	82.581	31.138	165,2%
EBIT (b)	331.075	266.962	24,0%
Margem EBIT	51,42%	42,84%	8,58 p.p.
Margem EBIT ajustada (c)	52,70%	45,10%	7,60 p.p.
(+) Depreciação/amortização	(145.991)	(133.415)	9,4%
EBITDA (b)	477.066	400.377	19,2%
Margem EBITDA	74,09%	64,25%	9,8 p.p.
(+) Provisão de manutenção (d)	(8.276)	(46.453)	-82,2%
EBITDA ajustado	485.342	446.830	8,6%
Margem EBITDA ajustada (e)	77,25%	75,48%	1,7 p.p.
Dívida bruta	1.349.019	1.369.138	-1,5%
Investimentos	118.615	135.820	-12,7%
Veículos equivalentes (em milhares)	63.032	62.264	1,2%

- (a) Custos e despesas: os itens apresentados neste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia por função nos seguintes grupos: Custo dos Bens e/ou Serviços Prestados, Despesas Gerais e Administrativas, Outros Resultados Operacionais;
- (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM 527/12. O EBIT é calculado por: lucro antes dos juros e impostos sobre a renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido. O EBITDA é calculado por: lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pela despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciações e amortizações;
- (c) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento do CPC, cuja contrapartida afeta os custos totais;
- (d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras;
- (e) O EBITDA ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido das demais despesas não-caixas: provisão de manutenção, que são as provisões para atendimento às obrigações contratuais de manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, conforme CPC 25. A margem EBITDA ajustada também exclui a receita de construção do seu cálculo. A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento do CPC, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

3.2.1 Receita operacional

A Receita de pedágio totalizou em 2019 R\$ 684.751 (+ 5,9% sobre 2018) e representou 97,71% do total da Receita (sem Receita de Construção), impactado pelo crescimento de 1,2% de eixos equivalentes sobre 2018, e da correção da tarifa média, que apresentou crescimento de 4,9% na comparação com o ano anterior.

3.2.2 Custos e despesas

Os custos e despesas apresentaram uma redução de 12,2% em relação a 2018, perfazendo R\$ 312.811 no ano de 2019. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:

- Os custos de construção atingiram R\$ 15.645 redução de 49,9% em relação a 2018 em decorrência do término da duplicação do trecho urbano de Avaré;
- A provisão de manutenção atingiu R\$ 8.276 e apresentou uma redução de 82,2% em 2019, em relação ao ano de 2018, visto que em 2019, foram realizadas revisões das soluções e estimativas de custos com manutenções necessárias para atendimento das obrigações contratuais, firmadas no contrato de concessão e com aprovações dos projetos de intervenção junto ao poder concedente, impactando na diminuição da provisão de manutenção a ser realizada nos próximos exercícios;
- Os custos de depreciação e amortização somaram R\$ 145.991 no ano de 2019. O crescimento de 9,4% decorre, substancialmente, dos investimentos que entraram em operação;
- O custo de outorga atingiu R\$ 11.119. O aumento de 6,12% deve-se ao aumento da receita;
- O custo dos serviços de terceiros totalizou R\$ 56.884 no ano de 2019, uma redução de 13,8%, devido aos serviços de conservação de rodovia em que houve uma redução na recuperação de obra de arte especial e gestão de obras;
- O custo com pessoal atingiu R\$ 40.633 no ano de 2019, registrando uma redução de 9,6% quando comparado com o ano de 2018. Essa redução deve-se, principalmente, a otimização no quadro de colaboradores; e
- Os outros custos (seguros, aluguéis, materiais, equipamentos, veículos e outros), apresentaram um aumento de 44% e atingiram R\$ 34.263 no ano de 2019. Esse aumento deve-se, principalmente, a baixa de ativos contratados em anos anteriores, com valor diferente do valor de mercado e efeito de provisão / baixa de processos jurídicos.

3.2.3 Resultado financeiro

No ano de 2019, o resultado financeiro líquido negativo registrado foi de R\$ 87.435 comparado a um resultado negativo de R\$ 95.447 em 2018. A redução de 8,4% ocorreu principalmente pela captação de Debêntures e variação do CDI.

3.2.4 Lucro líquido

O lucro líquido registrado nesse ano foi de R\$ 161.059 atingindo um aumento de 14,7% quando comparado ao ano anterior e esse resultado está principalmente relacionado aos esforços da Companhia na redução dos custos ao longo do ano.

3.2.5 Dívidas

No ano de 2019 a dívida bruta alcançou R\$ 1.349.019 em comparação a R\$ 1.369.138 em 2018.

Do total da dívida, o montante denominado em moeda local representa 100% e o montante da dívida com vencimento em longo prazo representa 60,38%.

3.2.6 Investimentos

A Companhia investiu cerca de R\$ 118.615 em 2019, nas rodovias SP-127, SP-255, SP-258, SP-270 e SP-280. Os investimentos, principalmente aqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para melhoria da qualidade de vida e segurança da população lideira e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos, destacam-se:

SP-270 – Rodovia Raposo Tavares

- Programa de recuperação do pavimento da rodovia - km 158+500 ao km 168+210 - 2ª Intervenção – Itapetininga;
- Programa de recuperação do pavimento da rodovia - km 115+500 ao km 158+400 - 3ª Intervenção - Araçoiaba da Serra / Itapetininga;
- Programa de recapeamento de trevos; e
- Programa de recuperação de Obras de Arte Especiais – km 168+150.

SP-258 – Rodovia Francisco Alves Negrão

- Programa de recuperação do pavimento da rodovia - km 222+800 ao km 342+670 - 4ª Intervenção - Capão Bonito / Itararé;
- Programa de recapeamento de trevos 3ª Intervenção; e
- Programa de recuperação de Obras de Arte Especiais – km 224+710, km 224+950, km 281+260, km 284+430, km 336+050, km 338+110.

SP-127 – Rodovia Antonio Romano Schincariol e Rodovia Francisco da Silva Pontes

- Programa de recuperação do pavimento da rodovia - km 158+300 ao km 213+150 - 3ª Intervenção - Itapetininga / Capão Bonito;
- Programa de recuperação do pavimento da rodovia - km 105+900 e km 148+350 - 3ª Intervenção – Tatuí / Itapetininga;
- Programa de recapeamento de trevos 2ª Intervenção; e
- Programa de recuperação de Obras de Arte Especiais – km 118+375, km 189+400, km 201+900, km 213+250.

SP-280 – Rodovia Castelo Branco

- Programa de recuperação do pavimento da rodovia - km 129+600 ao km 315+030 - 4ª Intervenção - Tatuí / Santa Cruz do Rio Pardo;
- Programa de recapeamento de trevos 3ª Intervenção;
- Programa de recuperação de Obras de Arte Especiais – km 146+040, km 150+790, km 150+790, km 154+350, km 156+990, km 156+990, km 162+150, km 167+360, km 183+015, km 190+465, km 193+000, km 198+145, km 200+640, km 204+965, km 204+990, km 205+915, km 216+705, km 241+500, km 246+500, km 252+410, km 252+410, km 281+900, km 306+570; e
- Recuperação de Estruturas Metálicas (Pórticos e Semi-pórticos).

SP-255 – Rodovia João Mellão

- Programa de recuperação do pavimento da rodovia - km 237+770 e km 288+190 - 4ª Intervenção – Avaré / Itai;
- Recuperação da Ponte Carvalho Pinto em Avaré - km 278+250

4. Sustentabilidade

A gestão dos impactos econômicos, ambientais e sociais é estratégica para a Controladora CCR S.A., pois viabiliza a operação e melhoria das concessões de infraestrutura com respeito total às pessoas e cuidado com o meio ambiente. Com um portfólio diversificado de modais administrados, a Controladora CCR evolui e reforça a sua capacidade de criar e compartilhar valor com os acionistas, a sociedade, os colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento.

Em sua estrutura de governança, a Controladora CCR S.A. conta com o Comitê de Estratégia e de Sustentabilidade, que, entre outras atribuições, assessora o Conselho de Administração na identificação de temas críticos e mapeamento de boas práticas socioambientais da Companhia e *benchmarks* setoriais. Essa atuação é fortalecida pelo Comitê Executivo de Sustentabilidade, responsável pela execução da estratégia de sustentabilidade em curto, médio e longo prazos.

A Controladora CCR S.A. que administra a concessão possui Comitê de Sustentabilidade próprio, que atua no sentido de estabelecer metas e desenvolver planos de ação direcionados para a atuação responsável e sustentável.

Criado em 2014, o Instituto CCR amplifica os impactos positivos que contribuem para o desenvolvimento social das comunidades nos municípios do entorno das concessões. Com recursos próprios e de incentivos fiscais (Lei Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte, Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundos Municipais do Idoso, PRONAS e PRONON), o Instituto CCR investe e mobiliza parceiros em torno de projetos que valorizam a educação e a cidadania, a cultura e o esporte, a saúde e a qualidade de vida, a consciência ambiental e a segurança viária. Para conhecer os projetos e investimentos do Instituto CCR, acesse o site em www.institutoccr.com.br.

4.1 Compromissos

Direcionado por seus objetivos estratégicos, a Controladora CCR participa ativamente de iniciativas reconhecidas internacionalmente e que contribuem para o fortalecimento e modernização da sua visão de sustentabilidade, com destaque para:

- Pacto Global (ONU)
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
- Carbon Disclosure Program (CDP)
- Global Reporting Initiative (GRI)
- Relato Integrado (IIRC)

Anualmente, a Controladora CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do Relatório Anual e de Sustentabilidade. A edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade está disponível em www.grupoccr.com.br/ri2019/

A Companhia atua não somente no gerenciamento e na promoção de melhorias das rodovias, mas também no desenvolvimento de condições de segurança e conforto aos usuários em toda a extensão da malha rodoviária; A Companhia desenvolve e apoia diversos projetos sociais junto a seus públicos de relacionamento ao longo dos 26 municípios limítrofes. No ano de 2019, foram atendidas mais de 92 mil pessoas com os projetos sociais ao longo da malha viária administrada pela Companhia. Como exemplo de projetos realizados no ano de 2019, temos:

- **Projeto Itinerantes** – No ano de 2019 os projetos itinerantes - Cine em Cena, BuZum, Teatro a Bordo e PhotoTruck, apoiados via incentivos fiscais, impactaram mais de 29 mil pessoas. Esses projetos foram executados nos municípios limítrofes a Companhia, onde foi possível levar cultura e entretenimento para os municípios da unidade. O Teatro a Bordo é o primeiro teatro móvel solar do Brasil, contando com apresentações gratuitas de teatro, oficinas educativas, cortejos e intervenções artísticas em seu contêiner-palco que viaja por todo o país. As apresentações são realizadas em praças e espaços públicos, com acesso gratuito e irrestrito da população, abrindo suas cortinas também para o artista da cidade, proporcionando o intercâmbio cultural e a valorização da cultura local. O projeto BuZum é um Teatro de bonecos adaptado em um ônibus, leva espetáculos infantis e jovens para diversas cidades.
- **Programa Caminhos para Cidadania** – O Programa Caminhos para a Cidadania visa disseminar os conceitos de educação no trânsito e de meio ambiente para os alunos do 4º e 5º anos das escolas públicas municipais, contribuindo com a formação dos futuros motoristas e cidadãos. Em 2019, o programa na Companhia atendeu 19.391 alunos, 787 professores e 142 coordenadores pedagógicos em 179 escolas e 25 coordenadores municipais em 23 municípios da região. Durante o ano foram realizadas diversas atividades como: blitz educativa, oficinas pedagógicas e ações socioambientais e culturais.
- **Estrada para a saúde** – O Programa Estrada para a Saúde tem como foco a diminuição dos riscos de acidentes provocados por problemas relacionados à saúde e ao modo de vida dos motoristas. Esse programa é realizado por médicos e enfermeiros e oferecem diversos exames de saúde, como verificação de pressão arterial, glicemia (diabetes), colesterol total, triglicérides, avaliação visual, avaliação de peso e altura, além da distribuição de materiais educativos. Ao longo do ano de 2019 foram atendidos 175 usuários.

- **Campanha do Agasalho** - A iniciativa envolveu os colaboradores da Concessionária, usuários que trafegam pelas rodovias e comunidades dos municípios lindeiros. Em 2019, foram arrecadadas 10.078 peças e destinadas para os Fundos Sociais de Solidariedade de 17 municípios que margeiam as rodovias sob concessão da Companhia.
- **Natal Solidário** – A campanha Natal Solidário, que consiste na arrecadação de alimentos não perecíveis pelos colaboradores da Companhia, foi realizada entre os dias 01 de novembro e 11 de dezembro de 2019. Nesse período foram arrecadados 566,991 kg e destinados às seguintes instituições:
 - ✓ Comunidade Terapêutica Germano Neemias, em Buri;
 - ✓ Associação das Damas de Caridade São Vicente de Paulo de Itararé.
- **Ande com Resposta** – A divulgação da campanha “Más Ideias”, que deu início à Semana Nacional do Trânsito de 2019, tem como objetivo principal materializar as ações que podem resultar em acidentes de trânsito e mostrar ao público em geral como suas decisões podem ser avaliadas antecipadamente e evitar uma ocorrência mais grave nas estradas. A iniciativa ilustra, de forma lúdica e leve, como as decisões equivocadas podem ocasionar problemas, não apenas para o condutor em questão, mas também para os demais motoristas.

Na busca da mitigação de riscos nas rodovias, a Companhia investe em campanhas de conscientização e orientação junto aos motoristas, tal como a Campanha Viagem Segura (campanhas de orientação quanto ao cinto de segurança, riscos da direção no inverno, tais como neblinas, queimadas e etc.).

Conheça mais sobre os projetos socioambientais da Companhia e das demais unidades do Grupo CCR no endereço eletrônico www.grupoccr.com.br/sustentabilidade.

Em complemento ao conceito de redução do consumo de energia elétrica, iniciados em Outubro de 2018 e concluído em Dezembro de 2018, o investimento necessário para substituição da iluminação convencional por iluminação a LED em todas as iluminações voltadas para o viário externo (“garrafões”) das 10 praças de pedágio, foi realizada em 2019 a substituição da iluminação a LED nas bases SAUs, Passarelas e a instalação de disjuntores individuais nos postes da iluminação externa dos Postos de Fiscalização, vindo assim possibilitar ligar apenas os postes necessários, gerando maior controle e economia de energia, além de campanhas de conscientização de como economizar ou utilizar de forma mais eficiente a energia elétrica no ambiente de trabalho. Com essas ações realizadas em 2019 foram economizados 19,71% no consumo de energia elétrica quando comparado com o ano anterior.

No decorrer do ano, foram feitas diversas campanhas de conscientização de redução no consumo de água nas bases de trabalho, atitudes simples podem fazer toda a diferença. Foram desenvolvidas ferramentas gerenciais para o monitoramento do consumo diário dos postos de trabalho, e substituídos alguns dispositivos por outros mais eficientes, assim como a utilização de dispositivos de retenção responsáveis por diminuir o volume de água disponível ao uso, além de inspeções periódicas nos postos de trabalho a fim de identificar oportunidades de melhoria. Com essas ações realizadas no ano de 2019 foram economizados 3,94% no consumo de água quando comparado com o ano anterior.

Alinhados com os objetivos da nova Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Companhia destinou no ano de 2019 às cooperativas de materiais recicláveis, cerca de 1.762 m³ de resíduos, correspondendo a cerca de 32,97% do total recolhido nas rodovias e seus postos administrativos.

A fim de preservar o meio ambiente e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos usuários e das comunidades, a Companhia promove diversas ações ambientais, indo além do atendimento às exigências legais.

A prevenção e recuperação de erosões, o plantio de mudas nativas, os sistemas de gestão de água e de resíduos sólidos, as passagens de fauna silvestre e o plano de atendimento a emergências, são exemplos destas ações.

A Companhia trabalha ativamente de maneira a desenvolver seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2019 ocorreram diversos treinamentos, destacando-se:

Treinamentos de Normas Regulamentadoras como, NR 05, 10, 11, 12 e 35, Brigada de Incêndio, Auditor Interno ISO 9001/14001/45000, Captura e Transportes de Animais e Manejo de Animais Silvestres, APH Desencarcerador, Bombeiro Civil, *Compliance*, e-Social – Eventos relacionados as rotinas de segurança e saúde no trabalho, Sinalização Viária, Sistema de Gerenciamento de Documentos, Manutenção Corretiva e Preventiva Sistema de *Callbox*, *Workshop* de Liderança e *Workshop* de Atração e Seleção para líderes. Além disso, são desenvolvidos treinamentos operacionais e de segurança para os profissionais da área de arrecadação, tráfego e atendimento pré-hospitalar.

Os treinamentos buscam a disseminação da Visão, Valores e Crenças da Companhia, promovendo melhorias no atendimento aos usuários.

4.2 Reconhecimentos

O modelo de negócio sustentável da Companhia tem sido reconhecido pela sociedade continuamente. Os prêmios e reconhecimentos de destaque recebidos pela Companhia em 2019 foram:

- Rodovias administradas pela Companhia foram classificadas como as melhores do país na pesquisa CNT 2019, são elas: SP-280 – Rodovia Castello Branco e SP-255 -Rodovia João Mellão - 5º Lugar | SP-127 - Rodovia Antonio Romano Schincariol - 18º Lugar | SP-258 – Rodovia Francisco Alves Negrão - 22º Lugar.
- Prêmio Concessionária ARTESP Ano 2018 – Divulgado em 2019: Companhia foi classificada em 8º Lugar.
- A Companhia venceu em 1º lugar na categoria de Relacionamento com a Sociedade da 5ª edição do Prêmio Concessionária do Ano que avaliou diversos parâmetros da Companhia, entre eles, a interação com os usuários, as ações socioambientais, o acesso do usuário à Ouvidoria e o retorno às demandas encaminhadas ao setor, esse evento foi realizado no dia 23 de abril de 2019 pela ARTESP.

5. Considerações finais

5.1 Agradecimentos

A Companhia agradece a todos que contribuíram para o alcance dos objetivos e resultados apresentados, em especial aos Acionistas, ao Poder Concedente, aos Órgãos Federais, Estaduais e Municipais, aos usuários, fornecedores e instituições financeiras. Aos nossos colaboradores, nosso agradecimento pela dedicação, esforço e resultados alcançados.

5.2 Auditores independentes

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

As informações financeiras da Companhia, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

Tatuí, 16 de março de 2020.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Rodovias Integradas do Oeste S.A.
Tatuí - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Rodovias Integradas do Oeste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rodovias Integradas do Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa 1.1 às demonstrações financeiras, foi celebrado por sua controladora, o Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo (“Instrumento”) do qual a Companhia é parte integrante. Os efeitos relevantes desse instrumento, aplicáveis a Companhia, foram refletidos nas demonstrações financeiras emitidas. As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro. A Companhia e sua controladora não puderam nos apresentar a totalidade das informações e documentação correlata, por estarem protegidas por segredo de justiça, conforme mencionado na referida nota explicativa. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas demonstrações financeiras.

Conseqüentemente, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes e/ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e informações correspondentes divulgadas para fins de comparação.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Em decorrência do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, não foi possível concluir se as outras informações também poderiam estar distorcidas de forma relevante pela mesma razão, com relação aos valores e outros aspectos descritos na referida seção.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Contingências passivas

Veja as notas explicativas 2(i) e 14 das demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista, tributária e previdenciária, decorrentes do curso normal de suas atividades.</p> <p>As estimativas de desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento da Companhia, por meio da opinião dos assessores jurídicos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes.</p> <p>Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento significativo, ou mudanças nas condições externas, incluindo o posicionamento das autoridades nos âmbitos cíveis, trabalhistas e tributárias, face ao elevado grau de complexidade de algumas leis e regulamentos no Brasil, podem impactar significativamente o montante reconhecido e divulgado nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Avaliamos a suficiência das provisões para contingências reconhecidas e dos valores das contingências divulgadas, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados na metodologia de mensuração da Companhia, considerando ainda a avaliação dos seus assessores jurídicos internos e externos.</p> <p>Efetuamos o envio de cartas de confirmação de posição de contingências aos advogados externos na data-base de 31 de dezembro de 2019 e realizamos o confronto entre os relatórios de contingências preparado pela Companhia e as respostas das cartas de confirmação. Com auxílio de nossos especialistas jurídicos, avaliamos, para os processos tributários mais relevantes, as principais jurisprudências relacionadas às matérias em discussão, incluindo a classificação da expectativa de perda atribuída por consultores jurídicos externos à Companhia. Efetuamos a comparação entre a probabilidade de perda das principais teses fiscais dos nossos assessores jurídicos e a da Companhia.</p>

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às provisões e passivos contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras fornecem informações sobre a natureza, exposição, valores provisionados ou divulgados relativos às principais contingências que a Companhia está envolvida.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os saldos relacionados às contingências passivas, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP-252905/O-2

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Balanço patrimonial

em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018		Nota	2019	2018
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	74.119	97.382	Debêntures	13	534.549	218.981
Aplicações financeiras	6	75.368	82.941	Arrendamento mercantil	12b	71	-
Contas a receber	7	43.214	39.071	Fornecedores		20.875	27.240
Contas a receber - partes relacionadas	9	21	3	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	9	801	1.435
Tributos a recuperar		1.029	760	Cessão onerosa - partes relacionadas	9	22.724	116
Adiantamento a fornecedores		190	278	Obrigações sociais e trabalhistas		8.146	7.867
Despesas antecipadas		2.445	1.649	Imposto de renda e contribuição social		14.576	8.793
Contas a receber - operações com derivativos	19	52.217	2.134	Impostos e contribuições a recolher		2.848	3.074
Outros créditos		79	89	ISS a recolher		3.422	3.744
				Dividendos a pagar		-	26.713
Total do ativo circulante		248.682	224.307	Obrigações com o poder concedente	19	972	957
				Provisão de manutenção	15	13.071	93.724
				Outras contas a pagar		1.510	1.338
				Total do passivo circulante		623.565	393.982
Não circulante							
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Tributos a recuperar		60	147	Debêntures	13	814.470	1.150.157
Contas a receber com operações de derivativos	19	-	43.738	Arrendamento mercantil	12b	177	-
Depósitos judiciais	14a	38.309	15.378	Cessão onerosa - partes relacionadas	9	42.759	64.757
				Provisão de manutenção	15	1.237	2.732
				Tributos diferido	8b	53.140	28.507
				Pis e cofins diferido		102	24
				Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		9	-
				Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	14	10.250	5.816
				Total do passivo não circulante		922.144	1.251.993
				Patrimônio líquido			
Imobilizado	10	39.312	39.803	Capital social	16a	205.225	205.225
Intangível	11	1.476.434	1.608.171	Reserva de lucros		13.677	5.624
Intangível em construção	11	9.840	5.419	Dividendo adicional proposto		48.263	80.139
Direito de uso em arrendamento	12a	237	-			267.165	290.988
Total do ativo não circulante		1.564.192	1.712.656				
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.812.874	1.936.963
Total do ativo		1.812.874	1.936.963				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.
Demonstração do resultado
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita operacional líquida	17	643.886	623.199
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(15.645)	(31.221)
Serviços		(43.548)	(43.662)
Custo da outorga		(11.119)	(10.478)
Depreciação e amortização		(143.988)	(131.245)
Custo com pessoal		(31.774)	(33.936)
Provisão de manutenção	15	(8.276)	(46.453)
Materiais, equipamentos e veículos		(11.759)	(12.423)
Outros		<u>(5.957)</u>	<u>(6.471)</u>
		<u>(272.066)</u>	<u>(315.889)</u>
Lucro bruto		<u>371.820</u>	<u>307.310</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(8.859)	(10.996)
Serviços		(13.336)	(22.287)
Materiais, equipamentos e veículos		(484)	(472)
Depreciação e amortização		(2.003)	(2.170)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários		(4.434)	4.443
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(2.821)	(3.199)
Ressarcimento ao usuário		(835)	(2.952)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(1.112)	(831)
Provisão para perda esperada - contas a receber e outros créditos		-	156
Impostos, taxas e despesas com cartório		(1.124)	(576)
Outros		<u>(1.832)</u>	<u>(2.426)</u>
		<u>(36.840)</u>	<u>(41.310)</u>
Outros resultados operacionais		<u>(3.905)</u>	<u>962</u>
Resultado antes do resultado financeiro		331.075	266.962
Resultado financeiro	18	<u>(87.435)</u>	<u>(95.447)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		243.640	171.515
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8a	<u>(82.581)</u>	<u>(31.138)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>161.059</u></u>	<u><u>140.377</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.
Demonstração do resultado abrangente
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	161.059	140.377
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>161.059</u></u>	<u><u>140.377</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.
 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de lucros</u>		<u>Dividendo adicional proposto</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
	<u>Capital social</u>	<u>Legal</u>			
Saldos em 1º de janeiro de 2018	205.225	-	-	(27.901)	177.324
Lucro líquido do exercício	-	-	-	140.377	140.377
Destinações:					
Reserva legal	-	5.624	-	(5.624)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(26.713)	(26.713)
Dividendo adicional proposto	-	-	80.139	(80.139)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>205.225</u>	<u>5.624</u>	<u>80.139</u>	<u>-</u>	<u>290.988</u>
Distribuições de dividendos em 29 de março de 2019	-	-	(65.287)	-	(65.287)
Distribuições de dividendos em 23 de abril de 2019	-	-	(14.852)	-	(14.852)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	161.059	161.059
Destinações:					
Reserva Legal	-	8.053	-	(8.053)	-
Distribuições de dividendos intermediários em 29 de outubro de 2019	-	-	-	(92.471)	(92.471)
Juros sobre Capital Proprio	-	-	-	(12.272)	(12.272)
Dividendo Adicional Proposto	-	-	48.263	(48.263)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>205.225</u>	<u>13.677</u>	<u>48.263</u>	<u>-</u>	<u>267.165</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.
 Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	161.059	140.377
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.633	6.753
Depreciação e amortização	145.991	133.415
Baixa do ativo imobilizado e intangível	5.312	402
Capitalização de custo de empréstimos	(937)	(4.855)
Juros e variação monetária sobre debêntures	94.864	123.406
Constituição da provisão de manutenção	8.276	46.453
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	4.599	17.050
Provisão para perda esperada - contas a receber e outros créditos	(3)	(1)
Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	5.020	(1.844)
Juros e variação monetária com partes relacionadas	4.583	1.839
Resultado de operações com derivativos e valor justo de debêntures (<i>fair value hedge</i>)	(11.895)	(10.433)
Outros impostos diferidos	78	24
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	1	90
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento mercantil	15	-
Atualização monetária sobre riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	879	259
	<u>281.416</u>	<u>312.558</u>
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(4.140)	(1.394)
Contas a receber - partes relacionadas	(18)	2
Tributos a recuperar	(182)	(419)
Adiantamento a fornecedores	88	(278)
Depósitos judiciais, despesas antecipadas e outros créditos	(23.717)	(15.124)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(6.366)	15.310
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	384	(267)
Obrigações sociais e trabalhistas	288	153
Impostos e contribuições a recolher, parcelados e provisão imposto de renda e contribuição social	53.390	(86.690)
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(48.155)	(32.051)
Obrigações com o poder concedente	15	27
Realização da provisão de manutenção	(95.023)	(92.228)
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	(1.465)	(2.858)
Cessão onerosa - Captações	-	64.757
Cessão onerosa - Pagamentos	(3.973)	(36.992)
Outras contas a pagar	172	249
	<u>313.773</u>	<u>265.132</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(8.698)	(10.848)
Adições ao ativo intangível	(14.894)	(32.744)
Outros de Ativo Imobilizado e Intangível	74	-
Aplicações financeiras líquidas de resgate	7.573	(39.059)
	<u>(15.945)</u>	<u>(82.651)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Debêntures		
Captações	154.402	1.098.709
Pagamento de principal	(176.000)	(1.114.895)
Pagamento de juros	(90.559)	(79.773)
Arrendamento mercantil		
Pagamentos	(63)	-
Liquidação de operações com derivativos	2.724	1.400
Dividendos e JCP pagos a acionistas controladores	(211.595)	-
	<u>(321.091)</u>	<u>(94.559)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		
(Redução)/Aumento do caixa e equivalentes de caixa		
	<u>(23.263)</u>	<u>87.922</u>
Demonstração da (redução)/aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	97.382	9.460
No final do exercício	74.119	97.382
	<u>(23.263)</u>	<u>87.922</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Constituição e objeto

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. O endereço registrado da sede está localizado na Rodovia Antônio Romano Schincariol, (SP-127), Km 112+400, no município de Tatuí, estado de São Paulo.

A Companhia iniciou suas operações em 10 de fevereiro de 2000 e tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão até 18 de setembro de 2028, a exploração do Sistema Rodoviário incluindo trechos das rodovias Castello Branco (SP-280), João Mellão (SP-255), Antonio Romano Schincariol (SP-127), Francisco da Silva Pontes (SP-127), Raposo Tavares (SP-270) e Francisco Alves Negrão (SP-258), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, de acordo com o Edital de Concorrência nº 20/CIC/98 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo.

Bens reversíveis

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, há previsão de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles, principalmente:

i. Termo Aditivo Modificativo nº 14/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela Companhia solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo (TAM) nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a Companhia foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até que, em 02 de dezembro de 2013, a Companhia apresentou o seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a Companhia apresentou suas alegações finais. Em 25 de março de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1013617-60.2014.8.26.0053 contra a Companhia pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 14/06. A petição inicial da ação foi indeferida de plano, tendo sido, portanto, julgada extinta pelo juiz da 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. Contra essa sentença, o Estado e a ARTESP apresentaram recurso de apelação, que foi provida pelo TJSP, em 28 de abril de 2016, para determinar o prosseguimento da ação com citação da Companhia.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1014593-67.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e contra a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 14/06.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Em 13 de julho de 2017, foi proferida sentença julgando procedente a ação proposta pelo Estado de São Paulo e a ARTESP e improcedente a ação proposta pela Companhia.

Em 03 de agosto de 2017, a Companhia opôs embargos de declaração, que foram rejeitados em 06 de setembro de 2017. Em 29 de setembro de 2017, a Companhia apresentou recurso de apelação.

Em 25 de junho de 2019, foi julgado o recurso de apelação mantendo a sentença que julgou procedente a ação ajuizada pelo Estado de São Paulo e considerando improcedente aquela ajuizada pela Companhia. Em 08 de julho de 2019, a Companhia opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados em 26 de julho de 2019. Em 24 de setembro de 2019, a Companhia interpôs recurso especial e recurso extraordinário. Em 31 de janeiro de 2020, foram interpostos os agravos de instrumento contra os despachos denegatórios dos recursos especial e extraordinário.

A Companhia propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019926-51.2013.8.26.0053, visando a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 30 de abril de 2014, foi proferida sentença de improcedência da ação. Em 15 de setembro de 2014, a Concessionária interpôs recurso de apelação, e, em 24 de setembro de 2014, o Estado de São Paulo e a ARTESP também interpuseram recurso de apelação. Os recursos de apelação foram levados a julgamento em 07 de junho de 2016, tendo sido decretada a extinção da ação, sem resolução do mérito, por falta de interesse processual, prejudicando o exame dos recursos. Em 06 de outubro de 2016, foi publicado o acórdão que negou seguimento aos embargos de declaração opostos pela Companhia. As partes interpuseram recursos especial e extraordinário. Em 19 de dezembro de 2016, o TJSP inadmitiu os recursos interpostos pela Concessionária. Em 22 de fevereiro de 2017, a Companhia protocolou os agravos denegatórios de recurso especial e recurso extraordinário.

Em 05 de junho de 2018, foi publicada decisão monocrática negando provimento ao agravo em curso perante o STJ. Em 26 de junho de 2018, a Companhia apresentou agravo interno. Em 05 de novembro de 2019, a 1ª Turma do STJ não conheceu do agravo interno. Em 13 de dezembro de 2019, foi certificado o trânsito em julgado e os autos foram remetidos ao STF para julgamento do recurso extraordinário. Em 1º de fevereiro de 2020, foi negado segmento ao agravo em recurso extraordinário. Em 28 de fevereiro de 2020, a Companhia interpôs agravo interno para demonstrar a inexistência dos óbices mencionados na decisão anterior, bem como para requerer o sobrestamento do julgamento.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii. Reajuste Tarifário 2013

O Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGP-M e definir várias medidas de compensação da sua não cobrança dos usuários, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% sobre a receita bruta, previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas as seguintes medidas: (i) edição da Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013, e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta.

Ocorre que, as medidas estabelecidas pela ARTESP não foram suficientes para compensar integralmente o desequilíbrio econômico-financeiro que as Concessionárias suportaram pelo não repasse, aos usuários, do reajuste tarifário definido em 2013.

Por essa razão, a Companhia, em 11 de maio de 2017, propôs ação de procedimento ordinário nº 1019361-31.2017.8.26.0053 contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em razão da ausência de reajuste da tarifa de pedágio em 2013 e parcial em 2014.

A ação encontra-se em fase de instrução.

iii. Reajuste Tarifário 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 02 de julho de 2014, a Companhia propôs Ação de Procedimento Ordinário nº 1026966-33.2014.8.26.0053, visando a regularidade do contrato com a aplicação do índice contratual às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015, foi publicada sentença julgando procedente a ação. Em 09 de março de 2015, foram opostos embargos de declaração pela Companhia, pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Os embargos de declaração opostos pela Companhia foram providos para reconhecer que esta ação não está sujeita à suspensão de liminar concedida pelo Órgão Especial do TJSP ao Estado de São Paulo. Em junho de 2015, o Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recursos de apelação. O recurso de apelação do Estado de São Paulo e da ARTESP foi distribuído à 8ª Câmara de Direito Público que, em julgamento ocorrido no dia 27 de abril de 2016, negou provimento ao referido recurso por unanimidade. Em 3 de julho de 2016, o Estado de São Paulo e a ARTESP opuseram embargos de declaração que foram rejeitados em 27 de julho de 2016. Em 30 de agosto de 2016, o Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recursos especial e extraordinário. Em 19 de dezembro de 2016, foram proferidas decisões inadmitindo os recursos, publicadas em 10 de maio de 2017. Contra essa decisão, o Estado de São Paulo apresentou agravos em recurso especial e recurso extraordinário. Em 28 de setembro de 2018, foi proferida decisão não conhecendo do agravo em recurso especial

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

interposto pelo Estado de São Paulo e pela ARTESP. Em 13 de fevereiro de 2019, foi publicado o acórdão que negou provimento ao agravo interno do Estado de São Paulo e da ARTESP.

Em 26 de junho de 2019, foi certificado o trânsito em julgado da ação e em 1º de julho de 2019, foi proferido despacho, o qual foi publicado em 22 de julho de 2019, determinando que a ARTESP e o Estado de São Paulo cumprissem a decisão judicial que determinou a aplicação do reajuste contratual integral. As tarifas de pedágio da concessionária foram reajustadas para cumprimento da decisão judicial em 29 de julho de 2019.

iv. Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio

Em 5 de janeiro de 2013, a Controladora CCR S.A. divulgou fato relevante ao mercado, informando que foram celebrados, em 15 de dezembro de 2011, os Termos Aditivos Modificativos (TAMs) aos Contratos de Concessão entre a ARTESP e as controladas, quais sejam: (i) AutoBAn - Contrato de Concessão nº 005/CR/1998 e TAM nº 25/2011; (ii) ViaOeste - Contrato de Concessão nº 003/CR/1998 e TAM nº 22/2011; (iii) SPVias - Contrato de Concessão nº 010/CR/2000 e TAM nº 18/2011; e (iv) Renovias - Contrato de Concessão nº 004/CR/1998 e TAM nº 19/2011.

Referidos TAMs tinham como objeto (i) a alteração do índice de reajuste das tarifas de pedágio dos Contratos de Concessão, IGP-M para IPCA; e (ii) o estabelecimento do procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro em relação ao índice original do contrato (IGP-M) e sua recomposição, decorrentes da utilização do novo índice de reajuste tarifário (IPCA).

Em 29 de junho de 2015, foram celebrados Termos de Retirratificação aos TAMs celebrados, com o objetivo de: (i) adotar como índice de reajuste das tarifas de pedágio do Contrato de Concessão, aquele que, entre o IGP-M e o IPCA, apresentar menor variação percentual no período compreendido entre a data do último reajuste realizado e a data do reajuste que será realizado; e (ii) estabelecer o procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da aplicação dessa alteração.

Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a favor das concessionárias, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas e efetivamente cobradas pelas concessionárias e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, na forma prevista no anexo 4 do edital de licitação.

O procedimento de revisão contratual para reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão em razão da alteração do índice de reajuste da tarifa de pedágio deve ser realizado, tendo em vista os montantes de desequilíbrio apurados anualmente, mediante processo administrativo específico, instaurado pela ARTESP no mês de julho, a cada dois anos de vigência deste instrumento, periodicidade que poderá ser alterada de comum acordo entre as partes, a partir do 5º ano.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ante a demora da ARTESP na instauração e implementação do primeiro processo administrativo tratando do biênio compreendido entre 1º de julho de 2013 e 30 de junho de 2015, a Companhia, em 11 de abril de 2017, ajuizou ação de procedimento ordinário nº 1016435-77.2017.8.26.0053, contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio devido relativamente ao aludido período.

A ação encontra-se em fase de instrução.

A administração da Companhia reitera a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As demonstrações financeiras da Companhia não contemplam ajustes decorrentes deste processo, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável.

1.1 Processo de investigação

Em 29 de novembro de 2018, a controladora CCR S.A. celebrou Termo de Autocomposição, do qual a Companhia é parte integrante, com o Ministério Público do Estado de São Paulo, para posterior homologação judicial, pelo qual, a Controladora CCR S.A. se comprometeu a pagar, a quantia de R\$ 81.530, dos quais R\$ 64.530 para o Estado de São Paulo e R\$ 17.000, a título de doação, para a Faculdade de Direito da USP. Tais valores foram integralmente provisionados, pela Controladora, no exercício de 2018, com vencimento em duas parcelas, a primeira no valor de R\$ 49.265, paga em 11 de março de 2019, e o saldo remanescente será pago em 1º de março de 2020. Tais valores são corrigidos pela Selic, a partir da data de assinatura do Termo.

Em 15 de julho de 2019, o Estado de São Paulo interpôs recurso contra a homologação do Termo de Autocomposição, ocorrida em 09 de maio de 2019, sustentando a impossibilidade de celebração de acordo em matéria de improbidade e com a finalidade de que toda contraprestação imposta à Controladora por força do Termo reverta exclusivamente em favor do Estado de São Paulo. A Controladora reitera que o Termo de Autocomposição foi celebrado seguindo os parâmetros estipulados com o Ministério Público do Estado de São Paulo. Em 04 de fevereiro de 2020, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou o recurso interposto pelo Estado de São Paulo, mantendo integralmente a sentença de primeira instância.

As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro, sendo certo que tais investigações correm em segredo de justiça, não tendo a controladora CCR e a Companhia, conseqüentemente, acesso à documentação e informações correlatas. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas demonstrações financeiras.

A Companhia e sua controladora CCR S.A continuarão contribuindo com as autoridades públicas e manterão os seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

b) Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários da rodovia.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação de serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) Instrumentos financeiros

- Classificação

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

As duas principais categorias de classificação para ativos e passivos financeiros são: mensurados ao custo amortizado e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao VJR:

- São mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, são classificados como ao VJR.

Os passivos financeiros são classificados como ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR, são mensurados pelo custo amortizado.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável como VJR, um ativo ou passivo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

- Mensuração e desreconhecimento

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento e mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, que tem como composição somente pagamento de principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e, os juros são definidos como: (i) uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo; (ii) pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e; (iii) por outros riscos e custos básicos, como por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos, assim como uma margem de lucro, se houver.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A receita de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses ativos financeiros são reconhecidos no resultado.

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos, na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros mensurados ao custo ao amortizado são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

São mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. A diferença entre o valor justo do novo passivo financeiro e a baixa do anterior, modificado, é reconhecida no resultado.

A despesa de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses passivos financeiros são reconhecidos no resultado.

Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR

Ativos ou passivos financeiros são classificados pelo VJR caso tenham sido classificados como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, bem como a mensuração posterior do valor justo, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo VJR e suas variações são registradas no resultado do exercício.

Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco de taxa de juros, como *hedge* de valor justo.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa nº 19 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada, prospectivamente, quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir da data de descontinuação.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

- Aplicações financeiras

Refere-se a investimentos financeiros com vencimento original superior a três meses ou com vencimento inferior a esse prazo, porém sem previsão de utilização nesse período.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outros resultados operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- **Depreciação**

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- **Direito de uso de sistemas informatizados/ e em andamento**

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefício econômico estimado.

- **Direito de concessão**

Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados pela curva de benefício econômico.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 11.

- **Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item “n”**

Os ativos em fase de construção são classificados como Intangível em construção.

Os ativos intangíveis com a vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- **Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia; ou
- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Provisão de manutenção - contrato de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

l) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação do balanço.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactadas pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperada, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

n) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura – (ICPC 01 – R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

o) Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

A Companhia inicialmente adotou, a partir de 1º de janeiro de 2019, as seguintes normas:

- **CPC 06 (R2) – Arrendamentos**

A CPC 06 (R2) substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

O impacto da aplicação da CPC 06 (R2) nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial foi concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como a substituição da despesa linear de arrendamento operacional por um custo de amortização linear de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia aplicou a CPC 06 (R2) inicialmente usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da foi reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos saldos em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

O efeito da adoção inicial da CPC 06 (R2) foi de R\$ 320 na rubrica Arrendamento mercantil, no passivo, sendo R\$ 64 no circulante e R\$ 256 no não circulante, tendo como contrapartida a rubrica Direito de uso em arrendamento no ativo imobilizado. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 12.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

- **ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro**

Esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre a Renda, quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

p) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Definição de um negócio (alterações CPC15)
- Definição de materialidade (emenda ao CPC 26 e CPC 23)

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 16 de março de 2020, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2o Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1)
- 8b Impostos diferidos
- 11 Amortização dos ativos intangíveis
- 14 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários
- 15 Provisão de manutenção
- 19 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swaps* de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos de taxas de juros.

Operações de *swap* de juros

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxas de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 9 e 19.

As tarifas das concessões da Companhia são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez**

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 3 anos</u>
Debêntures (a)	565.121	541.463	318.758
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	801	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	22.385	-	-
Cessão onerosa - partes relacionadas	-	-	68.790

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 374.883, substancialmente composto por debêntures, conforme mencionado nas notas explicativas nº 13. Essas dívidas são formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas e conta com o suporte financeiro do acionista controlador final, CCR S.A..

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e bancos	4.340	5.479
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	69.779	91.903
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u>74.119</u>	<u>97.382</u>
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	75.368	82.941
Total - Aplicações financeiras	<u>75.368</u>	<u>82.941</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 98,60% do CDI, equivalente a 5,86% ao ano (98,47% do CDI, equivalente a 6,29% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2018).

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***7. Contas a receber**

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pedágio eletrônico (a)	43.199	39.055
Receitas acessórias (b)	<u>17</u>	<u>21</u>
	43.216	39.076
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	<u>(2)</u>	<u>(5)</u>
	<u>43.214</u>	<u>39.071</u>

Idade de vencimento dos títulos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Créditos a vencer	43.211	39.067
Créditos vencidos até 60 dias	3	4
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>2</u>	<u>5</u>
	<u>43.216</u>	<u>39.076</u>

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à Companhia e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; e
- (c) A provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***8. Imposto de renda e contribuição social****a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	243.640	171.515
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(82.838)	(58.315)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Incentivos relativos ao imposto de renda	1.020	891
(Constituição) / reversão de despesas indedutíveis	(296)	13.731 (b)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(119)	(326)
Juros sobre capital próprio	4.172	-
PERT	-	12.865
Outros ajustes tributários (a)	<u>(4.520)</u>	<u>16</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(82.581)</u>	<u>(31.138)</u>
Impostos correntes	(57.948)	(24.385)
Impostos diferidos	<u>(24.633)</u>	<u>(6.753)</u>
	<u>(82.581)</u>	<u>(31.138)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>33,89%</u>	<u>18,15%</u>

(a) O valor inclui os efeitos de pagamento de R\$ 1.702 a título de IR e CS (incluindo multas e juros) sobre serviços contratados em anos anteriores, com valor diferente do valor de mercado.

(b) O montante de R\$ 14 milhões está relacionado a reversão de multa na consolidação do PERT.

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>2018</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>2019</u>		
			<u>Valor Líquido</u>	<u>Ativo fiscal diferido</u>	<u>Passivo fiscal diferido</u>
Provisão para participação nos resultados (PLR)	857	197	1.054	1.054	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	14	-	14	14	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	1.977	1.508	3.485	3.485	-
Resultado de operações com derivativos	(12.555)	(3.073)	(15.628)	-	(15.628)
Provisão de manutenção	32.795	(27.930)	4.865	4.865	-
Diferenças temporárias - Lei nº 12.973/14 (a)	(51.547)	5.247	(46.300)	14.063	(60.363)
Provisão para Fornecedores	93	(93)	-	-	-
Atualização monetária - depósitos judiciais (Caixa)	(167)	(544)	(711)	-	(711)
Arrendamento Mercantil - CPC 06	-	2	2	2	-
Outros	26	53	79	79	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	(28.507)	(24.633)	(53.140)	23.562	(76.702)
Compensação de imposto	-	-	-	(23.562)	23.562
Imposto líquido ativo (passivo)	<u>(28.507)</u>	<u>(24.633)</u>	<u>(53.140)</u>	<u>-</u>	<u>(53.140)</u>

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2019 e 2018, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	2019		2019		
	Transações		Saldos		
	Despesas/Custos com Serviços prestados	Despesas Financeiras	Ativo	Passivo	
Contas a receber			Cessão onerosa	Fornecedores e contas a pagar	
Controladora					
CCR S.A.	2.623 (a)	-	2 (c)	-	205 (a)
Outras partes relacionadas					
CPC	6.843 (b)	-	10 (c)	-	552 (b)
SAMM	500 (f)	-	-	-	39 (f)
RodoAnel	-	4.583 (h)	-	65.483 (h)	-
ViaOeste	-	-	-	-	5 (c)
ViaSul	-	-	9 (c)	-	-
Total, 31 de dezembro de 2019	<u>9.966</u>	<u>4.583</u>	<u>21</u>	<u>65.483</u>	<u>801</u>

	2018			2018		
	Transações			Saldos		
	Despesas/Custos com Serviços prestados	Imobilizado/intangível	Despesas Financeiras	Ativo	Passivo	
Contas a receber				Cessão onerosa	Fornecedores e contas a pagar	
Controladora						
CCR S.A.	2.532 (a)	-	1.723 (e)	3 (c)	-	198 (a)
Outras partes relacionadas						
CPC	7.809 (b)	-	-	-	-	611 (b)
SAMM	459 (f)	-	-	-	-	5 (f)
RodoAnel	-	-	116 (h)	-	64.873 (h)	-
Consórcio Mobilidade Bahia	-	100 (g)	-	-	-	-
Rodo Avaré	-	14.703 (d)	-	-	-	621 (d)
Total, 31 de dezembro de 2018	<u>10.800</u>	<u>14.803</u>	<u>1.839</u>	<u>3</u>	<u>64.873</u>	<u>1.435</u>

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***Despesas com profissionais chave da administração**

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Remuneração:		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa (i)	1.054	1.045
Outros benefícios:		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	540	818
(Reversão)/Complemento de PPR pago no ano anterior pago no ano	(448)	537
Previdência privada	57	55
Seguro de vida	<u>3</u>	<u>2</u>
	<u>1.206</u>	<u>2.457</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Remuneração dos administradores (i)	644	944

Na AGO realizada em 23 de abril de 2019, foi fixada a remuneração anual dos membros do Conselho da Administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.100, a qual não inclui os encargos sociais.

Abaixo, apresentamos as notas relacionadas aos quadros acima:

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (c) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (d) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global, para a execução de trevos, obras de arte especiais e passarelas, para a duplicação de trechos da Rodovia João Mellão (SPVias), no valor total de R\$ 114.550, com vigência de 13 de junho de 2016 a 31 de janeiro de 2019. Os pagamentos relativos a este contrato ocorreram em até 10 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor. Exceto pela retenção de caução, que foram quitadas após cumprimento de determinadas cláusulas contratuais. O consórcio Rodo Avaré é constituído pelas empresas Andrade Gutierrez Engenharia S.A. e Andrade Gutierrez Construções e Serviços S.A. Os serviços foram efetuados até 31 de dezembro de 2018 e os valores foram liquidados no decorrer do ano de 2019;
- (e) Contrato de mútuo remunerado à variação acumulada de 117,49% do CDI e com vencimento original em 22 de outubro de 2018. Em 22 de agosto de 2018, ocorreu a liquidação antecipada;
- (f) Prestação de serviços de transmissão de dados;

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

- (g) Em 22 de janeiro de 2018, foi adquirido junto ao Consórcio Mobilidade Bahia materiais para montagem do galpão da fábrica de placas da Companhia. O consórcio é constituído pelas empresas Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. e Andrade Gutierrez Engenharia S.A.;
- (h) Refere-se à cessão de créditos de prejuízos e bases negativas do RodoAnel Oeste para a SPVias, conforme permitido pelo Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela lei nº 13.496/2017, remunerado à variação acumulada de 120,89% do CDI, com vencimento previsto em 20 de abril de 2022. Os pagamentos de juros serão trimestrais e o principal será pago anualmente a partir de 20 de abril de 2020; e
- (i) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros do conselho fiscal e da administração (conselho de administração, diretoria estatutária e diretoria não estatutária).

10. Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2018		2019			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências		Saldo final
					(a)	Outros (b)	
Valor de custo							
Móveis e utensílios		2.992	-	-	414	3.406	
Máquinas e equipamentos		21.204	-	(1)	1.095	22.298	
Veículos		12.543	-	(738)	4.242	16.047	
Instalações e edificações		609	-	-	-	609	
Terrenos		126	-	-	-	126	
Equipamentos operacionais		33.945	-	(448)	8.666	42.163	
Imobilizado em andamento		14.128	9.382	-	(16.280)	7.128	
Total custo		85.547	9.382	(1.187)	(1.863)	91.777	
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	10	(1.982)	(226)	-	-	(2.208)	
Máquinas e equipamentos	11	(12.914)	(1.970)	1	(32)	(14.915)	
Veículos	24	(9.510)	(1.735)	710	-	(10.535)	
Instalações e edificações	5	(537)	(18)	-	-	(555)	
Equipamentos operacionais	12	(20.801)	(3.754)	271	32	(24.252)	
Total depreciação		(45.744)	(7.703)	982	-	(52.465)	
Total geral		39.803	1.679	(205)	(1.863)	39.312	

	Taxa média anual de depreciação %	2017		2018			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências		Saldo final
					(a)	Outros (b)	
Valor de custo							
Móveis e utensílios		2.504	-	(443)	931	2.992	
Máquinas e equipamentos		22.495	-	(2.577)	1.286	21.204	
Veículos		13.731	-	(1.967)	779	12.543	
Instalações e edificações		609	-	-	-	609	
Terrenos		126	-	-	-	126	
Equipamentos operacionais		36.496	-	(3.771)	1.220	33.945	
Imobilizado em andamento		6.987	11.624	-	(4.483)	14.128	
Total custo		82.948	11.624	(8.758)	(267)	85.547	
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	10	(1.883)	(138)	411	(372)	(1.982)	
Máquinas e equipamentos	11	(13.654)	(1.972)	2.444	268	(12.914)	
Veículos	25	(9.451)	(1.904)	1.836	9	(9.510)	
Instalações e edificações	5	(508)	(29)	-	-	(537)	
Equipamentos operacionais	11	(21.418)	(3.128)	3.677	68	(20.801)	
Total depreciação		(46.914)	(7.171)	8.368	(27)	(45.744)	
Total geral		36.034	4.453	(390)	(294)	39.803	

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 684 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 776 em 31 de dezembro de 2018). A taxa média de capitalização em 2019 foi de 5,96% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 7,93% a.a em 2018.

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(b) Refere-se a ativo imobilizado baixado para custo.

11. Intangível e intangível em construção

	Taxa média anual de amortização %	2018		2019		
		Saldo inicial	Adições	Transfêrências (b)	Outros (c)	Saldo final
Valor de custo						
Direito da concessão		1.138.254	-	-	-	1.138.254
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		1.250.761	386	9.062	(7.129)	1.253.080
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		-	260	1.361	-	1.621
Direitos de uso de sistemas informatizados		10.383	-	502	-	10.885
Intangível		2.399.398	646	10.925	(7.129)	2.403.840
Intangível em construção		5.419	13.483	(9.062)	-	9.840
Total custo		2.404.817	14.129	1.863	(7.129)	2.413.680
Valor de amortização						
Direito da concessão	(a)	(394.249)	(63.347)	-	-	(457.596)
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(a)	(388.656)	(73.883)	-	2.050	(460.489)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(8.322)	(999)	-	-	(9.321)
Total amortização		(791.227)	(138.229)	-	2.050	(927.406)
Total geral		1.613.590	(124.100)	1.863	(5.079)	1.486.274

	Taxa média anual de amortização %	2017		2018		
		Saldo inicial	Adoção inicial CPC 47	Adições	Baixas	Transfêrências (b)
Valor de custo						
Direito da concessão		1.138.254	-	-	-	1.138.254
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		1.219.814	(139.611)	-	-	1.080.203
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		-	-	-	-	-
Direitos de uso de sistemas informatizados		9.557	-	(56)	882	10.383
Intangível		2.367.625	(139.611)	-	(56)	2.399.398
Intangível em construção		-	139.611	36.981	-	5.419
Total custo		2.367.625	-	36.981	(56)	2.404.817
Valor de amortização						
Direito da concessão	(a)	(334.208)	-	(60.041)	-	(394.249)
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(a)	(323.673)	-	(64.983)	-	(388.656)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(7.173)	-	(1.220)	44	(8.322)
Total amortização		(665.054)	-	(126.244)	44	(791.227)
Total geral		1.702.571	-	(89.263)	(12)	1.613.590

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 253 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 4.079 em 31 de dezembro de 2018). A taxa média de capitalização em 2019 foi de 5,96% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 7,93 % a.a. em 2018.

(a) Amortização pela curva de benefício econômico.

(b) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(c) R\$ 5.005 refere-se a baixa de ativos contratados em anos anteriores, com valor diferente do valor de mercado e R\$ 74 se refere a desapropriações.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***12. Arrendamento mercantil****a. Direito de uso em arrendamento**

	<u>2018</u>	<u>2019</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adoção inicial CPC 06</u>	<u>Adições / Remensuração</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Saldo final</u>
Máquinas e equipamentos	-	209	(12)	(48)	149
Equipamentos operacionais	-	111	(12)	(11)	88
	-	320	(24)	(59)	237

b. Passivo de arrendamento

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adoção inicial CPC 06</u>	<u>Reversão do ajuste a valor presente</u>	<u>Adições / Remensuração</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo final</u>
Circulante	-	(64)	(15)	24	63	(79)	(71)
Não circulante	-	(256)	-	-	-	79	(177)
	-	(320)	(15)	24	63	-	(248)

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa nominal de 7,54% a.a. para contratos de arrendamentos. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi reconhecido como despesa de aluguel o montante de R\$ 179, decorrente de arrendamentos mercantis não reconhecidos como tal, dada sua característica de curto prazo.

Cronograma - não circulante

	<u>2019</u>
2021	51
2022	55
2023	21
2024	9
2025 em diante	41
	<u>177</u>

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***13. Debêntures**

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2019	Vencimento Final	2019	2018
1. 4ª Emissão - Série única (c)	IPCA + 6,38% a.a.	6,6684% (a)	2.265	-	Abril de 2020	246.561	240.889 (d)
2. 6ª Emissão - Série única	115% do CDI	0,0434% (b)	1.291	622	Agosto de 2022	944.336	1.128.249 (e) (f)
3. 7ª Emissão - Série única	CDI + 0,81% a.a.	1,0062% (a)	598	499	Agosto de 2021	158.122	- (g)
Total geral				<u>1.121</u>		<u>1.349.019</u>	<u>1.369.138</u>
						2019	2018
Circulante							
Debêntures						535.201	219.439
Custos de transação						(652)	(458)
						<u>534.549</u>	<u>218.981</u>
Não Circulante							
Debêntures						814.939	1.150.779
Custos de transação						(469)	(622)
						<u>814.470</u>	<u>1.150.157</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 19.

Garantias:

- (d) Aval / fiança corporativa da controladora CCR S.A. na proporção de sua participação acionária.
- (e) Não existem garantias.
- (f) Fiança corporativa da Controladora CCR em condições suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão.
- (g) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2019
2021	<u>507.103</u>
2022	<u>307.836</u>
	<u>814.939</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Em 15 de abril de 2015, foi realizada a 4ª emissão de debêntures nominativas, escriturais, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, enquadrada sob a Lei nº 12.431/2011 e nos termos da Portaria nº 82 do Ministério dos Transportes de 15 de abril de 2015, com valor nominal total de R\$ 190.000 e vencimento em 15 de abril de 2020.

As debêntures têm remuneração de IPCA + 6,38% a.a. e são garantidas por fiança da Controladora CCR.

2. Em 07 de agosto de 2018, foi realizada a 6ª emissão de debêntures simples, no valor nominal total de R\$ 1.100.000, em série única, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos.

As debêntures são remuneradas à taxa de 115% do CDI. Na hipótese da Companhia, durante a vigência das debêntures, obter o registro de companhia aberta perante a CVM, os juros remuneratórios serão reduzidos para 113% do CDI.

O principal está sendo amortizado em 8 parcelas semestrais e consecutivas, desde 15 de fevereiro de 2019 até 15 de agosto de 2022, conforme percentual definido na escritura de emissão. Os juros serão pagos nas mesmas datas de amortização do principal.

A emissão conta com garantia adicional fidejussória com condição suspensiva. A condição suspensiva entrará automaticamente em vigor nas seguintes hipóteses: (a) término do prazo de concessão, em data anterior à data de vencimento das debêntures; (b) em razão de decisão judicial exequível desfavorável à emissora proferida no âmbito de qualquer das seguintes ações: (i) Ação Declaratória nº 1013617-60.2014.8.26.0053, ajuizada pelo Estado de São Paulo e pela ARTESP contra a emissora, visando a anulação do Termo Aditivo Modificativo nº 14 do Contrato de Concessão; ou (ii) Ação Declaratória nº 1014593-67.2014.8.26.0053, ajuizada pela emissora contra o Estado de São Paulo e a ARTESP visando a declaração de validade, eficácia e existência do referido termo; ou, ainda; (c) no âmbito de qualquer outra ação judicial que seja considerada conexa em relação as ações acima mencionadas, caso em que as debêntures continuarão vigentes até a data de vencimento.

Os principais critérios para vencimento antecipado são: (i) não pagamento das obrigações pecuniárias das debêntures, observado o prazo de cura aplicável devido; (ii) distribuição de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e aos juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da Companhia seja superior a 4 vezes, exceto se a emissora optar por contratar e apresentar ao agente fiduciário, carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por uma instituição financeira autorizada, conforme definido na escritura.

Poderá ocorrer resgate antecipado da totalidade das debêntures, a qualquer momento, considerando um prêmio de 0,3% ao ano, aplicado de forma *pro-rata*, pelo prazo a decorrer da data do resgate até a data de vencimento, incidente sobre o valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário das debêntures.

3. Em 13 de agosto de 2019, foi realizada a 7ª emissão de debêntures simples, em série única, não conversíveis em ações, no montante nominal de R\$ 155.000, para distribuição pública com esforços restritos, com vencimento em 02 de agosto de 2021. A remuneração será de CDI + 0,81% a.a., sendo que os juros serão pagos semestralmente e o principal será pago no vencimento.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A emissão conta com garantia adicional fidejussória com condição suspensiva. A condição suspensiva entrará automaticamente em vigor nas seguintes hipóteses: (a) término do prazo de concessão, em data anterior à data de vencimento das debêntures; (b) em razão de decisão judicial exequível desfavorável à emissora proferida no âmbito de qualquer das seguintes ações: (i) Ação Declaratória nº 1013617-60.2014.8.26.0053, ajuizada pelo Estado de São Paulo e pela ARTESP contra a emissora, visando a anulação do Termo Aditivo e Modificativo nº 14 do Contrato de Concessão; ou (ii) Ação Declaratória nº 1014593-67.2014.8.26.0053, ajuizada pela Emissora contra o Estado de São Paulo e a ARTESP visando a declaração de validade, eficácia e existência do referido termo; ou, ainda, (c) no âmbito de qualquer outra ação judicial que seja considerada conexa em relação as ações acima mencionadas, caso em que as debêntures continuarão vigentes até a data de vencimento.

Os principais critérios para vencimento antecipado são: (i) não pagamento das obrigações pecuniárias das debêntures, observado o prazo de cura aplicável devido; (ii) distribuição de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e aos juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da Companhia seja superior a 4 vezes, exceto se a emissora optar por contratar e apresentar ao agente fiduciário, carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por uma instituição financeira autorizada, conforme definido na escritura.

Poderá ocorrer resgate antecipado da totalidade das debêntures, a qualquer momento, considerando um prêmio de resgate variável regressivo entre 0,45% e 0,02%, conforme o número de meses decorridos após a emissão.

14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2018		2019			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldo final</u>
Não circulante						
Cíveis e administrativos	1.885	3.961	(35)	(1.134)	554	5.231
Trabalhistas e previdenciários	180	1.189	(92)	(331)	46	992
Tributários	3.751	-	(3)	-	279	4.027
	<u>5.816</u>	<u>5.150</u>	<u>(130)</u>	<u>(1.465)</u>	<u>879</u>	<u>10.250</u>

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, trabalhistas e tributários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Cíveis e administrativos	6.587	3.924
Trabalhistas e previdenciários	195	113
Tributários (a) (b) (c)	<u>631.559</u>	<u>430.635</u>
	<u>638.341</u>	<u>434.672</u>

Os principais processos relativos a questões tributárias são:

- (a) Em 21 de novembro de 2017, a Companhia ajuizou medida cautelar nº 5003802-06.2017.4.03.6110, perante a 1ª Vara Federal de Sorocaba – SP, contra a União Federal, para oferecer garantia (seguro judicial) relativa a supostos débitos de IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 197.902 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 174.608 em 31 de dezembro de 2018), oriundos de despesas de amortização de ágio (direito de concessão gerado na aquisição da controlada) nos anos-calendário 2014 a 2017, decorrentes da operação de aquisição do investimento na Companhia realizada entre partes independentes, com comprovação de pagamento de preço e laudo de avaliação atendendo à lei societária, seguida de incorporação reversa. A liminar foi concedida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em 12 de janeiro de 2018, referente à aceitação da garantia bancária. Em 07 de março de 2018, a Companhia ajuizou ação pleiteando a anulação dos referidos débitos tributários, bem como a declaração do direito à amortização fiscal das referidas despesas para os anos-calendários futuros. A União contestou a ação, sendo que a Companhia, em sequência, apresentou a sua réplica. Em 25 de setembro de 2019, foi determinada a realização de perícia judicial. Desde o início de 2018, a Companhia vem procedendo com depósitos judiciais referentes à parcela controvertida, cujo total em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 37.557 (R\$ 14.692 em 31 de dezembro de 2018), sendo que a parcela remanescente do débito controvertido está garantida por meio de seguro fiança.
- (b) Em 15 de dezembro de 2017, a Companhia foi notificada da lavratura de auto de infração por meio do qual a Receita Federal do Brasil exigiu diferenças de IRPJ e CSLL nos anos-calendários de 2012 e 2013, oriundas de (i) amortização de ágio, (ii) despesas financeiras incorridas com a emissão de debêntures, e (iii) multas isoladas relativas às diferenças no cálculo das estimativas mensais. Em 16 de janeiro de 2018, a Companhia apresentou a impugnação, na qual informou que os débitos referentes à amortização do ágio foram incluídos no PERT (Lei nº 13.496/2017), já consolidado, tendo contestado a parcela referente à glosa das despesas financeiras e multas isoladas, correspondente ao valor total atualizado em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 268.564. Em 12 de novembro de 2018, a Concessionária foi notificada da decisão de 1ª Instância administrativa, a qual deu parcial provimento à impugnação da Companhia para redução do débito em discussão para R\$ 157.679. Referida redução está sujeita ao recurso de ofício a ser apreciado pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”). Por sua vez, a Companhia também recorreu ao CARF defendendo a dedutibilidade das despesas glosadas pela fiscalização. Aguarda-se a apreciação dos recursos de ofício e voluntário.
- (c) Em 3 de setembro de 2019, a SPVias foi notificada da lavratura de auto de infração, no montante de R\$ 158.589 (R\$ 160.694 em 31 de dezembro de 2019), por meio do qual a Receita Federal do Brasil exigiu diferenças de IRPJ e CSLL no ano-calendário de 2014, acrescidas de multa de ofício qualificada (150%), multas isoladas e de juros de mora, decorrentes da glosa de despesas incorridas com o pagamento de comissão e juros de debêntures emitidas. Em 2 de outubro de 2019, a Companhia apresentou a impugnação contestando a glosa das referidas despesas financeiras bem como a aplicação das multas qualificada e isolada. Aguarda-se a apreciação da impugnação.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 98.015 (R\$ 132.102 em 31 de dezembro de 2018).

15. Provisão de manutenção

	2018	2019				
	Saldo inicial	Constituição / Reversão de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	93.724	7.001	4.504	(95.023)	2.865	13.071
Não circulante	2.732	1.275	95	-	(2.865)	1.237
	<u>96.456</u>	<u>8.276</u>	<u>4.599</u>	<u>(95.023)</u>	<u>-</u>	<u>14.308</u>

As taxas anuais de 2018 e 2019, para cálculo do valor presente, foram de 7,54% e 6,60%, respectivamente.

Em 2019, foram realizadas revisões das soluções e estimativas de custos com manutenções necessárias para atendimento das obrigações contratuais, firmadas no contrato de concessão e com aprovações dos projetos de intervenção junto ao poder concedente, impactando na diminuição da provisão de manutenção a ser realizada nos próximos exercícios.

16. Patrimônio líquido**a. Capital social**

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 205.225, composto por 205.225.063 ações nominativas ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Juros sobre capital próprio

Em 18 de dezembro de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 12.272, relativo ao lucro do exercício, pago em 20 de dezembro de 2019.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 29 de março de 2019, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração (RCA), o pagamento de dividendos no valor de R\$ 92.000, sendo R\$ 26.713 à conta da totalidade dos Dividendos Mínimos Obrigatórios destacado nas Demonstrações financeiras da Companhia no exercício social de 2018; e R\$ 65.287 referente a parte dos Dividendos Adicionais Propostos.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 23 de abril de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos adicionais propostos nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício de 2018 no montante de R\$ 80.139, sendo o montante de R\$ 65.287 correspondente a R\$ 0,3181 por ação, pagos aos acionistas em 29 de março de 2019 e o restante, no montante de R\$ 14.852 correspondente a R\$ 0,0723 por ação, os quais foram pagos em 29 abril de 2019.

Em 29 de outubro de 2019, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração (RCA), o pagamento de dividendos intermediários dos lucros apurados no período de 01 de janeiro de 2019 a 30 de setembro de 2019, no montante de R\$ 92.471, correspondente a R\$ 0,4506 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado em 29 de outubro de 2019.

A Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 48.263, a serem aprovados na AGO de 2020.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2019, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	161.059
(-) Constituição de reserva legal	<u>(8.053)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>153.006</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	<u>38.252</u>
Total de juros sobre capital próprio pagos	12.272
Total dos dividendos pagos	<u>92.471</u>
Total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos	104.743

17. Receitas operacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas de pedágio	684.751	646.599
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	15.645	31.221
Receitas acessórias	<u>3.474</u>	<u>3.276</u>
Receita bruta	<u>703.870</u>	<u>681.096</u>
Impostos sobre receitas	(59.595)	(56.143)
Devoluções e abatimentos	<u>(389)</u>	<u>(1.754)</u>
Deduções da receita bruta	<u>(59.984)</u>	<u>(57.897)</u>
Receita operacional líquida	<u>643.886</u>	<u>623.199</u>

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***18. Resultado financeiro**

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(86.532)	(114.900)
Variações monetárias sobre debêntures	(8.954)	(10.724)
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	(4.583)	(1.839)
Perda com operações de derivativos	(6.793)	(11.386)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(4.599)	(17.050)
Capitalização de custos dos empréstimos	937	4.855
Valor justo sobre debêntures (<i>fair value hedge</i>)	(2.540)	(5.777)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(1)	(161)
Ajuste a valor presente - arrendamento mercantil	(15)	-
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(3.981)	24.771
	<u>(117.061)</u>	<u>(132.211)</u>
Receitas financeiras		
Variação monetária sobre debêntures	622	2.218
Ganho com operações de derivativos	15.862	18.100
Valor justo sobre debêntures (<i>fair value hedge</i>)	5.366	9.496
Rendimento sobre aplicações financeiras	6.086	6.344
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	-	71
Juros e outras receitas financeiras	1.690	535
	<u>29.626</u>	<u>36.764</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(87.435)</u>	<u>(95.447)</u>

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A., possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração da Companhia sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2019			2018		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	4.340	-	-	5.479	-	-
Aplicações financeiras	145.147	-	-	174.844	-	-
Contas a receber	-	43.214	-	-	39.071	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	21	-	-	3	-
Contas a receber - operações de derivativos	52.217	-	-	45.872	-	-
Passivos						
Debêntures (a)	(246.561)	-	(1.102.458)	(240.889)	-	(1.128.249)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(801)	-	-	(1.435)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(20.973)	-	-	(27.649)
Arrendamento mercantil	-	-	(248)	-	-	-
Cessão onerosa - partes relacionadas	-	-	(65.483)	-	-	(64.873)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(26.713)
Obrigações com o poder concedente	-	-	(972)	-	-	(957)
	<u>(44.857)</u>	<u>43.235</u>	<u>(1.190.935)</u>	<u>(14.694)</u>	<u>39.074</u>	<u>(1.249.876)</u>

(a) Valores líquidos do custo de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundo de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, dividendos e juros sobre capital próprio, fornecedores e contas a pagar – partes relacionadas e cessão onerosa – partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Operações com derivativos** - Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).
- **Arrendamento mercantil e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*hedge accounting*)** - A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*hedge accounting*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a pelo custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 240.285 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 231.787 em 31 de dezembro de 2018), conforme detalhado a seguir:

<u>Série</u>	<u>Taxa contratual</u>	<u>Taxa contratual - Swap</u>	<u>Custo amortizado (a)</u>
4a Emissão - Série única	IPCA + 6,38% a.a.	101% do CDI	240.285

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 13.

- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Debêntures (a) (b)	1.103.579	1.115.073	1.129.329	1.153.231

(a) Valores brutos do custo de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de Valor Justo”, a seguir.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Nível 2:		
Aplicações financeiras e conta reserva	145.147	174.844
Derivativos a receber (a pagar)	52.217	45.872
Debêntures	(246.561)	(240.889)

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento futuros em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio de resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 4ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valor de referência (Nocional) (1)		Valor justo		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado		Resultado		
				Moeda Local		Moeda Local		Moeda local	Recebidos/(Pagos)	Valores a receber/(recebidos)		Ganho/(Perda) em resultado		
				2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	
Posição ativa	Votorantim	15/06/2015	15/04/2020 (2)	IPCA + 6,38% a.a.	192.356	192.356	246.561	240.888	2.724	1.400	52.217	45.872	9.069	6.714
Posição passiva				101,00% do CDI	-	-	(194.344)	(195.016)	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2019					192.356	192.356	52.217	45.872	2.724	1.400	52.217	45.872	9.069	6.714
TOTAL DAS OPERAÇÕES CIRCULANTE											52.217	2.134		
TOTAL DAS OPERAÇÕES NÃO CIRCULANTE											-	43.738		

(1) Quando a derivativa possui vencimentos intermediários, o valor nacional mencionado é a da vigente; e

(2) Contrato possui vencimentos semestrais intermediários nos meses de abril e outubro de cada ano, até o vencimento final.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção**

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Riscos de juros	9.069	6.714

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2020 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ^{(4) (5)}	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures - 4ª Emissão	IPC-A ⁽³⁾	Abril de 2020	944.958	(47.775)	(59.765)	(71.773)
Debêntures - 6ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Agosto de 2022	240.285	(7.178)	(7.898)	(8.613)
Debêntures - 7ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Abril de 2020	158.622	(8.287)	(10.038)	(11.790)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	IPC-A ⁽³⁾	Abril de 2020	(240.285)	7.178	7.898	8.613
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	CDI ⁽²⁾	Abril de 2020	194.321	(2.430)	(3.026)	(3.617)
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁶⁾	CDI ⁽²⁾		145.147	6.282	7.852	9.422
Efeito líquido				<u>(52.210)</u>	<u>(64.977)</u>	<u>(77.758)</u>

As taxas de juros consideradas foram⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	4,40%	5,50%	6,60%
IPC-A ⁽³⁾	4,31%	5,39%	6,47%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) a (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2019, divulgada pela B3;
 (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
 (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2019, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores;
 (5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e IPCA de 6 meses); e

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (6) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada.

20. Compromissos vinculados a contrato de concessão

a. *Compromisso com o Poder Concedente – outorga variável*

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia do mês subsequente, alíquota de 1,5% sobre a receita de pedágio e de 23,5% sobre as receitas acessórias, conforme autorizado pelo Poder Concedente. O compromisso em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 970 (R\$ 955 em 31 de dezembro de 2018).

No decorrer do exercício de 2019, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 11.104 referente ao direito de outorga variável (R\$ 10.451 no exercício de 2018).

b. *Compromissos relativos às concessões*

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contempla investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Em 31 de dezembro de 2019 esses compromissos estavam estimados em R\$ 17.151 (R\$ 145.722 em 31 de dezembro de 2018), refletindo o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrio firmados com o Poder Concedente e atualizado anualmente pelo índice de reajuste tarifário.

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

21. Demonstração do fluxo de caixa

- a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	(158)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>-</u>	<u>(158)</u>
Adições ao ativo intangível	-	158
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>-</u>	<u>158</u>

- b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***c. Reconciliação das atividades de financiamento**

	<u>Debêntures</u>	<u>Dividendos e JCP a pagar</u>	<u>Operações com derivados</u>	<u>Arrendamento mercantil</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(1.369.138)	(26.713)	45.872	-	(1.349.979)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Captações (líquidas dos custos de transação)	(154.402)	-	-	-	(154.402)
Pagamentos de principal e juros	266.559	-	-	63	266.622
Liquidação de operações com derivativos	-	-	(2.724)	-	(2.724)
Dividendos pagos e JCP pagos	-	211.595	-	-	211.595
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	112.157	211.595	(2.724)	63	321.091
Outras variações					
Despesas com juros e variação monetária	(94.864)	-	-	-	(94.864)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	2.826	-	9.069	-	11.895
Adoção inicial da CPC 06	-	-	-	(320)	(320)
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	-	(15)	(15)
Constituição de dividendos e JCP	-	(184.882)	-	-	(184.882)
Total das outras variações	(92.038)	(184.882)	9.069	(335)	(268.186)
Saldo Final	<u>(1.349.019)</u>	<u>-</u>	<u>52.217</u>	<u>(272)</u>	<u>(1.297.074)</u>

22. Eventos subsequentes

- **Coronavírus**

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 deverá ser revisada, podendo ser possível o reconhecimento de provisão para perda ao valor recuperável nos ativos da Companhia, principalmente, relacionado a realização de contas a receber, recuperabilidade do ativo intangível.

Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável da Companhia.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, a controladora da Companhia instalou comitê, o qual está avaliando as possíveis medidas a serem tomadas, diante dos eventos que estão ocorrendo.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Fábio Russo Corrêa
Ana Luiza Borges Martins
Rodrigo Siqueira Abdala

Presidente do Conselho
Conselheiro
Conselheiro

Composição da Diretoria

Jose Salim Kallab Fraiha
Fábio Russo Corrêa

Diretor Presidente
Diretor de Operação

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3